



**Prefeitura Municipal da Estância Turística  
de São José do Barreiro**

*Rua José Bento Teixeira, 45 Centro*  
**Cep: 12830-000 Tel: (12) 3117-1288**  
**CNPJ: 45.200.623/0001 - 46**



**ADM: 2017/2020**

São José do Barreiro, 18 de fevereiro de 2020.

OF.GP. n.º 15/2020

Senhor Presidente,

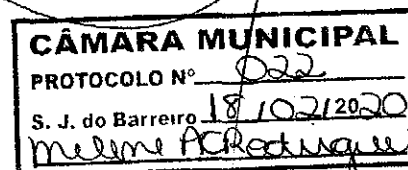
Respeitosamente, venho à presença de Vossa Excelência, para encaminhar a essa Egrégia Casa Legislativa, visando apreciação, discussão e votação do Projeto de Lei, abaixo discriminado:

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR n.º 01, de 18 de Fevereiro de 2020. "Inclui artigo 44-A e parágrafos, na Lei Complementar Municipal n.º 01, de 02 de abril de 2012 e dá outras providências"

Contamos com a costumeira atenção no pronto atendimento, agradecidos, apresentamos nesta oportunidade, votos de elevada estima e distinta consideração.

Alexandre de Siqueira Braga  
Prefeito Municipal

Excelentíssimo Senhor  
**Ver. Luís Eduardo Santos Ribeiro**  
DD. Presidente da Câmara Municipal de  
São José do Barreiro - SP



**Milene Ap de C Rodrigues**  
Serviços Gerais  
Câmara Municipal



**Prefeitura Municipal da Estância Turística  
de São José do Barreiro**

**Rua José Bento Teixeira, 45 Centro  
Cep: 12830-000 Tel: (12) 3117-1288  
CNPJ: 45.200.623/0001 - 46**



**ADM: 2017/2020**

**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR n.º 01, de 18 de Fevereiro de 2020.**

**"Inclui artigo 44-A e parágrafos, na Lei Complementar Municipal n.º 01, de 02 de abril de 2012 e dá outras providências"**

**Art. 1.º - Fica incluído na Lei Complementar Municipal n.º 01, de 02 de abril de 2012, o artigo 44-A e parágrafos que terão a seguinte redação:**

**Artigo 44-A – Ao final de cada ano letivo, se houver resíduo do FUNDEB-Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, este poderá ser repassado aos profissionais do Magistério em forma de bônus, de acordo com os valores e critérios que serão regulamentados por Decreto em conjunto com a Secretaria Municipal de Educação e Conselho Municipal de Educação, observado o seguinte:**

**§ 1.º - O bônus previsto no caput do Artigo 44-A, só poderá ser concedido quando o percentual de despesas com pessoal estiver abaixo do limite prudencial previsto no parágrafo único do artigo 22, da Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000.**

**§ 2.º - Caso o percentual da despesa de pessoal estiver igual ou acima do limite prudencial previsto no parágrafo único do artigo 22, da Complementar 101, de 04 de maio de 2000, fica o Executivo autorizado, através de Decreto, decidir sobre a destinação da despesa.**

**Art. 2.º - As despesas com a execução desta lei, correrão por conta de verbas próprias do orçamento vigente, suplementadas se necessário.**

**Art. 3.º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.**

São José do Barreiro, 18 de fevereiro de 2020.

ALEXANDRE DE SIQUEIRA BRAGA  
Prefeito Municipal

**APROVADO  
POR UNANIMIDADE**

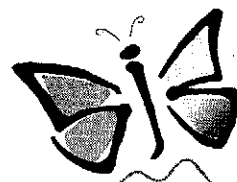
S. J. do Barreiro \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / 20\_\_

**Presidente**



**Prefeitura Municipal da Estância Turística  
de São José do Barreiro**

*Rua José Bento Teixeira, 45 Centro*  
**Cep: 12830-000 Tel: (12) 3117-1288**  
**CNPJ: 45.200.623/0001 - 46**



**ADM: 2017/2020**

**JUSTIFICATIVA**

Senhor Presidente,

Senhores Vereadores:

Visa o presente Projeto de Lei "Inclui artigo 44-A e parágrafos, na Lei Complementar Municipal n.º 01, de 02 de abril de 2012 e dá outras providências"

Trata-se de inclusão do artigo e parágrafos mencionados, na Lei Complementar Municipal n.º 01, de 02 de abril de 2012, garantindo aos profissionais do Magistério Municipal, a possibilidade de recebimento de bônus, de acordo com valores e critérios regulamentados por Decreto.

Da mesma forma, foi incluído os parágrafos 1.º e 2.º, prevendo a concessão do bônus criado desde que o percentual de despesas com pessoal esteja abaixo do limite prudencial previsto no parágrafo único do artigo 22, da Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000 e autorização ao Executivo para decidir sobre a destinação da despesa caso o limite esteja igual ou acima previsto no parágrafo único do artigo 22, da Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000.

No mais, a redação do projeto é bem clara, e é uma forma de beneficiar e incentivar os Profissionais do Magistério a prestarem seus serviços com excelência, o que somente trará benefício aos alunos da Rede Municipal de Ensino.

Assim sendo, e contando com o costumeiro apoio desta Casa Legislativa, espera o Executivo a aprovação unanime do Projeto ora apresentado.

São José do Barreiro, 18 de fevereiro de 2020.

  
**ALEXANDRE DE SIQUEIRA BRAGA**  
Prefeito Municipal